



Comunicação Midiática

Revista Comunicação Midiática

ISSN: 2236-8000

v. 12, n. 3, p. 9-24, set./dez. 2017

**Jornalismo e Dispositivos de Vigilância: O Uso de Câmeras na Disputa
pela Autenticidade**

**Periodismo y Dispositivos de Vigilancia: El Uso de Cámaras en la Disputa
por la Autenticidad**

**Journalism and Surveillance Devices: The Use of Cameras in Dispute for
Authenticity**

Maura Martins

Doutora em Ciências da Comunicação pela USP. Professora e coordenadora dos cursos de Comunicação Social do UniBrasil Centro Universitário. mauramartins@gmail.com

RESUMO

Propomos aqui uma reflexão sobre mudanças observadas ao jornalismo, em virtude da onipresença dos processos midiáticos e da ubiquidade de máquinas de visibilidade que registram o mundo. Ao constatarmos um cenário em que a busca do privado se torna um bem moral, como consequência da consolidação de uma sociedade intimista (Sennett, 2001), pretendemos tecer considerações sobre a complexificação do jornalismo, especialmente no que tange às linguagens audiovisuais, tendo em vista a popularização destes dispositivos do registro do real e as alterações entre as fronteiras do público e privado. Posto que se observa hoje a naturalização das formas de uma vigilância distribuída (Bruno, 2013), é possível pensarmos que o jornalismo reflete tais mudanças e faz uso cotidiano de registros que capturariam cenas da esfera do privado, na qual o indivíduo descansa de sua performance pública (Goffman, 2004) e revela seu self de forma autêntica.

Palavras-chave: jornalismo; vigilância distribuída; sociedade intimista; fronteiras do público e do privado.

RESUMEN

Se propone una reflexión sobre los cambios observados en el periodismo, debido a la ubicuidad de los procesos de comunicación y ubicuidad de las máquinas de visibilidad que registran el mundo. Cuando se determina un escenario donde la búsqueda privada se convierte en un bien moral, como resultado de la consolidación de una sociedad íntima (Sennett, 2001), tenemos la intención de comentar la complejidad del periodismo, en especial en las lenguajes audiovisuales, dada la popularidad de estos dispositivos reales registro y los cambios entre los límites de lo público y privado. Dado que observamos formas de naturalización hoy de un sistema de vigilancia distribuido (Bruno, 2013), es posible pensar que el periodismo refleja estos cambios y hacer un uso diario de registros que capturar escenas de la esfera privada, en la que el individuo se apoya su actuación pública (Goffman, 2004) y revela su propia autenticidad.

Palabras clave: periodismo; vigilancia distribuida; la sociedad íntima; límites de lo público y privado.

ABSTRACT

In this article, it is intended to reflect about some changes observed to journalism because of the ubiquity of media processes and the omnipresence of visibility machines, such as surveillance cameras and cell phones. As we notice the consolidation of a scenario where the private search becomes a moral value, as a consequence of an intimate society (Sennett, 2001), we intend to comment about the complexification of journalism, specially in the audiovisual languages, given the popularity of these devices that register the real world, and how they collaborate to change the boundaries between public and private. Since we observe today the naturalization of a distributed surveillance (Bruno, 2013), it is possible to think that journalism reflects theses changes by making daily use of theses records which capture scenes of the private sphere, in which the individual rests his public performance (Goffman, 2004) and reveals his self authentically.

Keywords: journalism; distributed surveillance; intimate society; frontiers between public and private.

Como o jornalismo se altera a partir das máquinas de visibilidade

No presente artigo, pretendemos tecer considerações sobre mudanças observadas ao jornalismo em virtude da onipresença dos processos midiáticos e da ubiquidade de máquinas de visibilidade que hoje concretizam incontáveis registros do mundo. Trata-se de um cenário em que as instâncias midiáticas não são mais soberanas na produção de conteúdo de interesse jornalístico; pelo contrário, as instituições jornalísticas passam a se apropriar gradativamente dos materiais gerados pelos usuários. O que se observa, portanto, é a constituição de um panorama complexo, no qual se assiste a alterações por vezes sutis, mas estruturais, que passam a instituir uma prática jornalística não mais organizada apenas sob uma lógica produtiva vertical.

Neste sentido, para que se possa apreender as lógicas da produção jornalística, é preciso analisá-las por meio de uma trama formada pelos produtores, seus receptores e os diversos dispositivos sociais e tecnológicos pelos quais tais instâncias se interligam. Conforme constatado em pesquisa prévia (Martins, 2017), a popularização dos dispositivos tecnológicos que registram visualmente os acontecimentos, as chamadas câmeras onipresentes¹ (como câmeras de vigilância, amadoras, portáteis, celulares, *smartphones*, *tablets*), com sua fácil codificação, tem modificado o *modus operandi* do jornalismo. A cobertura jornalística se transforma por meio de dois processos centrais: por um lado, as instituições passam a se aproveitar cotidianamente destes registros amadores de baixa qualidade – que, ainda que destoem do padrão outrora esperado às empresas profissionais, são aproveitados em decorrência de uma promessa discursiva (Jost, 2004) de genuinidade, pois supostamente disponibilizam o documento de um real que, a princípio, revela algo ocorrido para além de uma representação performática do eu (Goffman, 2004); por outro, as instituições passam a repensar suas estratégias narrativas em virtude da concorrência com estes registros amadores, revelando certa continuidade com a estética preconizada por estes conteúdos gerados pelos usuários (Martins, 2015).

Não obstante, é preciso atentar na consolidação de um *ethos* em que tais mudanças se tornam possíveis, haja vista que a utilização constante dos materiais gerados pelas máquinas de visibilidade revela profundas alterações nos conceitos das vidas pública e privada, potencializadas, sobretudo, pela evolução tecnológica e pelas reestruturações iniciadas desde a formação de uma cultura urbana, secular e capitalista, após a queda do Antigo Regime (Sennett, 2001). Ainda que a distinção entre o público e o privado não seja exclusiva das sociedades modernas (Thompson, 2013), o que se observa, em decorrência de mudanças observadas entre os séculos XVIII e XIX, é um gradativo esvaziamento da esfera pública, dando espaço a uma hipervalorização da privacidade e sua contaminação com a esfera do privado (Sennett, 2001). É nesse contexto, como se pretende aqui demonstrar, que a visibilidade do registro das câmeras se naturaliza como legítima e desejada.

Isso acompanha a crescente utilização desses dispositivos na exibição pública da vida privada nas redes sociais digitais, espaços que contêm também informação pública e discussão sobre temas públicos. Essa convivência torna ainda mais difícil a distinção entre público e privado quando se trata de processos midiáticos recentes. Ainda que a presença da privacidade na publicidade tenha sempre existido, como se verá por Sennett (id), os dispositivos digitais acirram a disputa por relevância das duas esferas.

Ao decorrer destes séculos, assistiu-se ao que Sennett (2001) denomina como a personalização da vida política e uma ascensão crescente da intimidade enquanto linha mestra, inclusive, da esfera pública. O secularismo e o advento da personalidade contaminam as formas de expressão social: isso significa “que as aparições em público, por mais mistificadoras que fossem, ainda tinham que ser levadas a sério, pois poderiam constituir pistas da pessoa oculta por trás da máscara” (id, p. 37). Aos poucos, o sistema de expressão pública se torna um sistema de representação pessoal – mesmo na política, a confiança em um líder se baseia na crença de se estar desvendando algo provindo de sua vida privada, ou seja, de sua personalidade que se revela em público (involuntariamente, conforme se espera).

Para Sennett (ibid), a credibilidade de um soberano passa a provir também daquilo que se sabe de sua vida privada – por exemplo, se prepara o café da manhã, se é fiel à mulher, se janta com uma família da classe trabalhadora, se lê histórias para as crianças – pois daí se obtém material para se verificar a alma que sobrevém aos papéis desempenhados publicamente. O que se constata, de acordo com sua análise, é uma progressiva ascensão no valor da vida privada – o que chamará, em sua obra já clássica, da consolidação de uma sociedade intimista – às custas do que considera ser a erosão da vida pública.

Neste contexto, as mídias eletrônicas promovem uma superpopulação de temas privados que passam a ser discutidos publicamente, o que se pode ser interpretado como uma revigoração da esfera pública. Sem entrar no mérito do julgamento feito por Sennett (ibid), mas procurando entender como se dá o processo de ocupação da esfera pública por assuntos privados, torna-se necessário investigar as modificações nas fronteiras entre o público e o privado em razão das mudanças tecnológicas que se instalam e alteram as formas de visibilidade midiáticas.

Sendo assim, na presente reflexão interessa-nos identificar como este panorama – a erosão do conceito da vida pública e a ascensão da vida privada enquanto valor incontestável – reverbera no jornalismo reconfigurado pelas máquinas de visibilidade e pelas novas plataformas digitais que possibilitam outras formas de publicização de conteúdos. Como percurso metodológico, opta-se aqui por um estudo exploratório do fenômeno a partir da análise de dois casos: uma nota coberta divulgada no *Jornal Nacional*, da Rede Globo que exhibe um registro da ex-presidente Dilma Rousseff obtido em âmbito privado; e um vídeo vazado nas redes que exhibe o encerramento de uma entrevista com o governador do Paraná, Beto Richa, veiculado na emissora estatal *E-Paraná*.

Deste modo, a metodologia visa construir uma análise comparativa tendo como *corpus* empíricos dois materiais distintos em alguns aspectos: em seu estatuto formal (o primeiro se trata de um formato tradicional no jornalismo televisivo, a nota coberta, e o segundo de uma “sobra” de um conteúdo que encontra forte visibilidade ao encontrar as redes digitais, gerando maior repercussão que o material editado) e em suas implicações ideológicas (enquanto o primeiro vincula-se a um ator político relacionado ao pensamento compreendido como de esquerda, e o segundo a um personagem politicamente à direita). Sendo assim, a partir destes dois exemplos representativos, pretendemos investigar de que forma este contexto da permeação das fronteiras do público e do privado, além da disponibilização sistemática dos conteúdos outrora entendidos como de âmbito privado, faz com que estes materiais sejam aproveitados para concretizar disputas discursivas diversas.

Ascensão a uma ideologia da intimidade: a erosão no sentido do público

Para compreendermos como se dá a legitimação dos conteúdos gerados pelos dispositivos nas agendas jornalísticas, torna-se necessário verificar as razões para a instabilidade nos conceitos de público e de privado. Ao atentar-se às mudanças no conceito de privacidade, Thompson (2013) propõe observá-la em termos de controle: privacidade tem a ver com a habilidade do indivíduo em exercer controle nas informações sobre si mesmo, e sobre a maneira e a medida em que tais informações são comunicadas ou acessadas por outros. Assim, a privacidade precisa ser compreendida de acordo com as dimensões da vida em que as informações se inserem, aos diferentes contextos e às violações indesejadas por parte de outras pessoas. O privado, conforme aponta o autor, é altamente contextual – uma informação de foro íntimo é considerada apropriada quando compartilhada com o médico, mas não o contrário (não se espera que o médico compartilhe informações de sua saúde com o paciente); da mesma forma, as normas de adequação e fluxo de informação nesta relação não são as mesmas que consolidam, por exemplo, entre amigos, entre membros de um casal, ou entre patrões e empregados. A ideia de privacidade, portanto, deve atentar às normas situadas em todo contexto e às consequências nas quebras de tais normas.

Vale observar que o conceito proposto por Thompson (id) dialoga com as noções de territórios ou regiões observadas por Goffman (2004, p. 101), que são entendidas como “qualquer lugar que seja limitado de algum modo por barreiras à percepção”. Para este autor,

As regiões variam, evidentemente, no grau em que são limitadas e de acordo com os meios de comunicação em que se realizam as barreiras à percepção. Assim, as placas de vidro espesso, que se encontram nas salas de controle das estações de rádio, podem isolar uma região auditivamente mas não visualmente, enquanto um escritório cercado por tabiques de fibra de madeira está fechado de maneira inversa.

Assim, a privacidade se constitui na capacidade de exercitar controle sobre a exposição do *self* que será demonstrado a um público e sobre quais regiões isto ocorrerá; normalmente, os atores investirão boa parte da energia de suas *performances* tentando evitar que tais fronteiras se contaminem. Isso ocorre tanto em situações que o ator está sozinho, quanto nas que a representação é feita em equipe: “quando um membro da equipe comete um erro em presença da plateia, os outros membros da equipe devem muitas vezes dominar seu desejo imediato de punir e instruir o ofensor, até que o público não esteja mais presente” (ibid, p. 86). Nestas situações (por exemplo, quando os pais estão diante dos filhos, ou os patrões discursam frente aos subordinados), haverá a tendência em manter as barreiras entre as situações de fachada e os bastidores. Ou seja, a privacidade diz respeito também ao isolamento e à não contaminação entre os diferentes contextos nos quais o indivíduo exerce sua representação.

Os movimentos sociais das últimas décadas – tais como os movimentos de contracultura, os discursos políticos acerca da sexualidade, dos direitos das minorias raciais, das mulheres, etc. – corroboraram também à revisão dos limites entre o que diz respeito ao público e ao privado. É neste contexto que Sennett identifica o que chama de “erosão da vida pública” (2001), ou seja, o processo do gradativo desgaste de tais conceitos – e não da

esfera pública em si –, haja vista a permeação entre ambos os domínios, o que se prenuncia a partir do momento em que o eu toma lugar e importância como algo a ser investigado a todo custo. Isto resulta, dentre outros fatores, do estabelecimento de uma cultura confessional e terapêutica, em parte acarretada pela popularização do discurso da psicanálise, que “ajuda a consolidar a crença que a compreensão dos mecanismos internos nos ajuda a libertar os segredos reprimidos a fim de viabilizar nossa vida em sociedade” (id, p. 16). Esta cultura terapêutica, por outro lado, estimularia um “isolamento suave” no qual os valores públicos só podem declinar, visto que faz permanecer “apenas a demanda do ego e do seu interesse público, o êxtase da libertação pessoal, a obsessão do corpo e do sexo: hiperinvestimento do privado” (Lipovetsky, 1989, p. 41).

Este legado instaura a ideia de que a expressão da intimidade é fator crucial para a realização do eu: o espaço profundo interior é idealizado enquanto dimensão da realidade autêntica “que se distingue ou mesmo opõe-se à exterioridade e à superficialidade da aparência, ainda que se constitua numa íntima relação com esta” (Bruno, 2013, p. 64). Assim, a dimensão íntima caracteriza a verdade, e as narrativas de si (tais como são, por exemplo, as auto narrativas publicadas nas redes sociais ou nos *reality shows*) são consideradas desejáveis pois se tornam uma forma de acessar o que há de mais genuíno no ser; são “um modo de decifrar a si mesmo, fundado na suposição de que parte do eu se furta à visibilidade e à própria consciência do narrador” (id).

Urge reconhecer que tal fenômeno da ascensão de uma sociedade intimista relaciona-se com o advento das tecnologias digitais, que promoveram alterações nos modos de visibilidade do público e do privado, bem como nos níveis de exposição da intimidade. Ao atentar ao desenvolvimento da comunicação midiática, Thompson (2013) destaca as modificações no alcance e nos sentidos mobilizados pela mensagem dos meios de comunicação massivos: ela se liberta das propriedades espaciais do aqui e agora, da concretização de uma situação de co-presença para que se pudesse ser visto. O campo de visão (que, à época da comunicação pré-midiática, restringia-se aos limites espaço-temporais da interação face a face) é ampliado e torna-se unidirecional: “aquele que vê pode enxergar pessoas que estejam distantes e que são filmadas ou fotografadas, mas estas últimas não podem vê-lo, na maioria dos casos” (id, p. 21).

Assim, o desenvolvimento das mídias dá espaço ao nascimento de um novo tipo de visibilidade que privilegia a exibição de uma forma íntima de apresentação pessoal, acarretando no desenvolvimento daquilo que Thompson (2013) chama de uma “sociedade da autopromoção”, na qual é possível que políticos e demais indivíduos desnudem estrategicamente algum aspecto de sua vida pessoal perante o público. Por consequência, observa-se a mudança gradativa de um líder político impessoal e distanciado para um novo tipo de intimidade mediada, por meio da qual os políticos podem apresentar-se “não somente como líderes, mas como seres humanos, como indivíduos comuns dirigindo-se a seus companheiros cidadãos, abrindo seletivamente aspectos de suas vidas e caráter como numa conversa ou de maneira até mesmo confessional” (id, p. 25).

Por consequência, as mídias passam a explorar com mais eficiência o corpo e suas linguagens (tais como a gestualidade, as tonalidades da fala, a expressão involuntária que escapa do controle consciente), levando um número maior de indivíduos a ter contato com signos antes experimentados apenas em situações de presencialidade. Esse processo, que Thompson (1998) nomeia de “intimidade não-recíproca à distância”, possibilitou uma mu-

dança na retórica na qual os meios se direcionam ao público: da oratória contundente dos discursos inflamado dos grandes comícios, passa-se à intimidade do bate-papo na lareira, tal como foi explorado por políticos que dominaram com maestria as novas ferramentas midiáticas.

O problema da falta de controle da visibilidade gera, segundo a análise de Thompson (1998), a necessidade de um alto grau de reflexividade no monitoramento das ações, ou seja, de um controle do próprio comportamento e o domínio da situação de como ele será recebido ou usado pelos receptores. Para Sennett (2001, p. 201), este problema remete à assunção constituída de que as aparências são “máscaras, e que o homem por detrás da máscara tem a ilusão de uma personalidade separada e estável, mas está, de fato, prisioneiro dessas aparições momentâneas”; ou seja, consolida-se como lógica a ideia de que a expressão natural está fora do âmbito público. Visto que, historicamente, a cidade foi vista como um palco no qual o indivíduo realiza sua *performance*, torna-se cada vez mais desejável reconhecer o segredo – o verdadeiro *self*, expresso na demonstração involuntária do caráter, o que muitas vezes foi temido por supostamente revelar algo que escapa do controle consciente de quem desempenha uma representação – por trás da máscara apresentada pelo ator.

A crença de que o segredo é necessário quando as pessoas estão interagindo plenamente fornece a chave para o segundo barômetro do perigo psíquico na sociedade: o desejo de se retrair face ao sentimento, a fim de não mostrar voluntariamente seus sentimentos a outras pessoas. É somente ocultando seus sentimentos que elas estarão seguras, e somente em momentos e lugares escondidos é que se está livre para interagir. No entanto, justamente este temerário recuo diante da expressão é que pressiona os outros a chegar mais perto de alguém, para saber o que pensa, o que quer, o que sabe (Sennett, 2001, p. 188).

Ainda que o uso estratégico da intimidade traga novas capacidades aos que bem se utilizam dela – Thompson (2013) ressalta, dentre elas, a possibilidade de configurar o líder político como “um de nós”, que sente, hesita, se emociona e é repleto de conflitos internos – há novos perigos que se prenunciam nas mãos dos que dominam a tecnologia. A popularização dos meios digitais (e o desenvolvimento de novas competências para produzir mensagens) potencializa, por outro lado, o escape do controle da mensagem emitida por um indivíduo. Assim, as mesmas ferramentas midiáticas utilizadas para oferecer à população facetas íntimas dos personagens públicos também são utilizadas para ridicularizá-los.

Ou seja, a alta visibilidade gerada pelas mídias eletrônicas traz o temor de uma “demonstração involuntária da personalidade”: a possibilidade de que se capture (ou ao menos se acredite capturar) algo provindo do *self* que estaria supostamente protegido do público pelas tramas da linguagem. O medo se sustenta em uma crença de que não há barreiras entre o caráter interior e os detalhes momentâneos da aparência. “Estas aparências mudam: portanto, as mudanças que ocorrem na pessoa estão expostas para quem quiser analisá-las. Não há disfarces; cada máscara é um rosto” (Sennett, 2001, p. 201). No pequeno escape do corpo que evade as fronteiras da representação pública – em outras palavras, na observação minuciosa do detalhe, tal como descrito por Foucault (2013), o que demonstra tanto o controle dos corpos como a fuga desse controle – é que se revela a subjetividade do indivíduo.

Gradativamente, a personalidade adentra o domínio público e se torna o parâmetro a ser utilizado para verificar a veracidade da representação exposta em determinadas situações, corroborando à solidificação do que Sennett (2001) compreende como o apagamento dos limites do eu público e a ascensão de uma sociedade intimista que se fundamenta em torno do narcisismo. Assim, a aproximação entre as pessoas e a procura incessante do eu se coloca como um “bem moral” a engajar “os homens numa busca obsessiva e infindável de pistas de como os outros e eles próprios são realmente” (id, p. 271).

Ou seja, opera-se uma transição para uma sociedade na qual “ser a si mesmo” é um objetivo a ser galgado cotidianamente. Bruno (2013) destaca como resultado deste processo uma mudança no olhar público, antes regido pelo superego (ou seja, para a norma e para a lei que tolhe as transgressões e possibilita a ordem social), agora moldado a um novo olhar gerido pelo ideal do ego (da ordem da *performance*, que incita o indivíduo a estar à altura de seus ideais e desejos). Assim, assiste-se à passagem do modelo normativo previsto por Foucault (2013) – que prega a adequação à norma institucional (o bom soldado ou o bom funcionário adestrados para desempenhar perfeitamente sua função) – a um modelo egoico no qual ser a si mesmo é um ideal ao alcance de todos, e se situa, antes de tudo, no plano da imagem (é preciso sobretudo parecer ser, antes que ser, e por isso o eu precisa estar registrado e publicizado). O *self* é o alvo último a ser buscado e, diferente do ideal do superego, os limites nessa busca não se encontram nas disparidades das condições sociais, mas em si mesmo: “o limite agora é privatizado e experimentado como fracasso ou insuficiência individual” (Bruno, 2013, p. 83).

Neste contexto, as mídias se tornam um local ideal da exposição da vida privada, pois, “numa cultura regida pelo ideal de ego, a vida privada se volta para fora, em busca de um olhar que a reconheça e ateste a sua visibilidade. Os vínculos entre intimidade e visibilidade encontram-se ampliados” (id, p. 80). Os espaços dos bastidores – o refúgio do indivíduo, no qual ele se prepara para a *performance* pública e se protege do olhar de outrem – podem agora ser estrategicamente trazidos para a fachada como índice irrecusável de autenticidade na jornada rumo à busca incessante do *self*². Por consequência, os avanços nas tecnologias de comunicação ocasionam uma série de implicações no que se compreende como as fronteiras entre os regimes de visibilidade e na legitimação daquilo que pertence ao domínio público e, portanto, deve ser trazido à verificação de todos. De tal forma, torna-se necessário verificar as reconfigurações nos modos de ver e ser visto decorrentes da ubiquidade e popularização dos dispositivos de registro do real.

Reatualizações no conceito de vigilância frente à onipresença de câmeras

Sendo assim, observamos que esta complexificação dos modos de ver e ser visto nas sociedades contemporâneas torna necessário que se reveja os antigos padrões de vigilância, no intuito de apreender as formas pelas quais a visibilidade é associada a diversos discursos subjacentes – como do desejo, da segurança, da subjetividade e mesmo da participação cidadã nos meios de comunicação, conferindo um sentimento de protagonismo aos espectadores, sentido exaltado estrategicamente pelos próprios veículos ao longo dos últimos anos (Moretzsohn, 2015).

O que se compreende por vigilância envolve o mecanismo fundamentado em um princípio de visibilidade, no qual se propaga um olhar que visa disciplinar o indivíduo por

meio do monitoramento sistemático (Foucault, 2013). Ela opera na alimentação das formas de poder disciplinar, de modo a assegurar a dominação de certos grupos e excluir o acesso de outros ao poder. Além disso, a vigilância se fundamenta, sobretudo, em três elementos centrais: a observação (visual, auditiva, mecânica, eletrônica, digital); o conhecimento (a vigilância deve sempre produzir algum tipo de conhecimento sobre os vigiados, de modo a permitir agir sobre suas escolhas e comportamentos); e a intervenção (a vigilância prevê que se intervenha sobre a população em foco, aspecto que está, antes de tudo, sob responsabilidade dos governos) (Bruno, 2013).

Sob certo aspecto, neutraliza-se a noção da vigilância a partir da introjeção de algumas certezas: a de que há aspectos positivos nela, ainda que ela seja sempre constrangedora por um lado; a vigilância é necessária como forma de organização, e isso a torna uma faceta fundamental da sociedade; qualquer tipo de recuperação sistemática de informações é vigilância. Para Fuchs (2014), o olhar neutro a este fenômeno é um desserviço à teoria crítica, pois “torna a crítica mais difícil e pode acabar fundamentando a valorização e a normatização ideológica da vigilância” (id, p. 116). Apenas em Foucault (2013) – a quem Fuchs (2014) considera o mais influente pensador na construção de um conceito negativo de vigilância – o fenômeno encontraria sua definição mais precisa, visto que, para o autor, a vigilância é inerentemente negativa e coercitiva.

Foucault (2013) encontrará o mais arrojado dispositivo de vigilância no panoptismo, que inverte o princípio da masmorra (que tranca, esconde e priva de luz os condenados) a partir de um aparelho arquitetural que coloca o observado em estado consciente e permanente de visibilidade, assegurando o funcionamento automático do poder. Por meio de uma constante desconfiança de observação – pela concretização de uma chamada “máquina de ver”, nas palavras do autor (id, p. 196) – o poder se automatiza e normatiza as ações dos indivíduos que se creem observados, ainda que não estejam. O dispositivo revela o abandono progressivo dos processos de ocultação – medidas predominantes até o século XVII, que retiravam o infrator ou o indesejável do campo de olhar de uma comunidade, através da punição, do banimento ou da clausura – e a ascensão dos mecanismos de visibilidade, do exame minucioso e do cadastramento das ocorrências, que alimentam com dados um saber instrumental utilizado a fins de estratégias de poder (Gomes, 2013). Assim, Foucault (2013) anteviu a passagem para uma sociedade da vigilância, na qual os próprios indivíduos são as engrenagens para o seu funcionamento.

Aos processos de vigilância hierárquica contemplados por Foucault (id), Bruno (2013) aponta a transição para um novo estágio, o qual descreve pela noção de vigilância distribuída: uma forma de vigilância que “designa um processo reticular, espreado e diversificado, pleno de ambiguidades, que não se confunde com a ideia de uma vigilância homogênea, sem arestas nem conflitos” (id, p. 25). A mudança para uma noção de vigilância distribuída constata uma hipertrofia do modelo do panóptico a partir da penetração das tecnologias que registram o real e o disponibilizam à verificação coletiva, sobretudo, nas vias midiáticas. A nova vigilância distribuída não configura propriamente uma maior quantidade de monitoramento, mas sim uma modificação em seu modo de funcionamento: o controle e a visibilidade se naturalizam como uma forma de observação, cuidado e atenção nas sociedades contemporâneas, associando-se ao cotidiano da vida urbana, da rotina familiar, das relações sociais e das formas de entretenimento (Bruno, 2013, p. 23).

Assim, propõe-se uma reatualização do conceito de vigilância, que passa a designar tanto o seu modo de funcionamento, quanto o seu pertencimento ao contemporâneo (íd); ao invés de englobar tecnologias ou atividades particulares, a vigilância distribuída revela mais um modo de ajustamento dos indivíduos nas sociedades. Os dispositivos de monitoramento se tornam mais ubíquos e incorporados ao cotidiano, e muitas vezes, a vigilância se torna uma função secundária ou potencial de dispositivos projetados para outras finalidades, como comunicação, sociabilidade, informação ou entretenimento.

Sob tais processos, a vigilância distribuída revela um mecanismo mútuo e consentido: aceita-se o monitoramento e a projeção da própria vida ao público como algo justificável, e inclusive associado às formas de prazer e sociabilidade (íbid). É curioso observar que este caráter algo celebrativo das formas de vigilância tornou-se uma constante no discurso midiático, e chega mesmo a inspirar pautas nos veículos jornalísticos. O *Jornal Hoje*, noticiário vespertino da Rede Globo, por exemplo, exibiu três reportagens em março de 2014 em que expunham o avanço dos sistemas de monitoramento com um tom de leveza, associando-os aos movimentos da moda (as reportagens acompanhavam uma feira de vigilância que ocorria em São Paulo na mesma época)³.

Neste contexto, legitima-se a inserção nas agendas midiáticas dos conteúdos oriundos da vida cotidiana pelas máquinas de visibilidade que, em outros momentos históricos, seriam considerados escandalosos ou invasivos, ou mesmo indesejáveis ao público, posto que, por vezes, os acontecimentos que registram possuem baixo teor jornalístico, ou baixo apelo à população. Acima de tudo, pode-se observar que tais reportagens operam rumo a um processo de naturalização da vigilância, conforme previsto por Bruno (2013), visto que elas legitimam a penetração em uma esfera da qual provém aquilo que é mais almejado pelos espectadores letrados midiaticamente: a zona dos bastidores, o local onde as ilusões e impressões são abertamente construídas (Goffman, 2004) e, por consequência, de onde se pode resgatar a tão desejada autenticidade buscada a todo custo na sociedade intimista.

Sendo assim, as máquinas de visibilidade, cuja exposição pública se legitima por meio de um processo de naturalização das diversas formas de vigilância, são aproveitadas cotidianamente pelas agendas jornalísticas por múltiplas razões. Dentre elas, é possível listar:

A apropriação destas câmeras pelo jornalismo é frequentemente empregada como recurso de aproximação (e mesmo fidelização) com seu espectador, concretizando uma espécie de *marketing* da interação, uma vez que promove o sentido de participação do público na produção jornalística. É importante lembrar que “a própria atividade do internauta interativo, por vezes, é apenas sintoma do capitalismo publicitário” (Vilhaça, 2008, p. 259);

Os conteúdos onipresentes por vezes facilitam a produção jornalística, sempre atrelada a rotinas pressionadas por fatores temporais, logísticos e humanos – posto que os materiais gerados pelas câmeras amadoras costumam ser cedidos espontaneamente ou a baixo custo por quem os registrou, possibilitando um certo barateamento na produção;

Ao mesmo tempo, eles garantem aos noticiários jornalísticos o efeito estético de que assistimos a um registro genuíno, repleto de autenticidade, que rompe com os ditames do fazer jornalístico e que, além disso, transgride os formatos já consolidados e esgarçados pelo uso. Seja nos materiais amadores, seja nos conteúdos gerados pelas câmeras profissionais dos jornalistas, há um efeito estético de baixa qualidade que contempla um espectador inserido em um processo de midiatização e que tende a desconfiar dos meios de comunica-

ção hegemônicos, que agora pode acessar imagens que – aparentemente – escapariam do olhar ideologizado das grandes mídias;

Por consequência, estes conteúdos promovem uma espécie de satisfação coletiva a uma sociedade regida pelo valor da intimidade, vista agora como um bem moral, enquanto as “convenções parecem-nos repressivas, as questões impessoais só despertam nosso interesse quando as encaramos – erradamente – sob um ponto de vista personalizado” (Lipovetsky, 1989, p. 61). As câmeras tornam-se interessantes ao público por trazer uma impressão de transparência do *self*, ou seja, de que disponibilizam algo que rompe o controle exercido pelo ator à representação de si mesmo, que transcorre (mesmo de forma instintiva) quando sabe que está sendo observado (Goffman, 2004).

Assim, os conteúdos destas câmeras onipresentes estão carregados de elementos atraentes às empresas jornalísticas porque são capazes de provocar um efeito de *transparência jornalística*, calcado numa sensação de que há pouca ou nenhuma interferência dos produtores na narrativa ali exibida e, portanto, a notícia veiculada se adequa os ideais de objetividade e neutralidade esperadas a todo produto jornalístico. Neste sentido, as câmeras revelariam, conforme o discurso implícito que as cerca, o real da forma mais fidedigna possível ao meio de comunicação.

Esta transparência diz respeito, sobretudo, a uma limpidez e a um suposto apagamento de uma barreira, antes intransponível, dentre aquilo que o ator deseja que seja mostrado ao seu público e aquilo que acontece fora desta representação, que será exibida formal e controladamente à plateia. Assim, a onipresença das câmeras permitiria a penetração na zona dos bastidores, na qual “a impressão incentivada pela encenação é sabidamente contradita como coisa natural” (Goffman, 2004, p. 106). Esta exposição do privado torna-se objeto de desejo a um espectador familiarizado às gramáticas midiáticas, propenso a desconfiar daquilo que vê.

É importante ressaltar ainda que essa exibição dos bastidores para o público, essa busca do autêntico e de uma maior aproximação ao real pode ser considerada uma tendência, tendo em foco a existência de uma geração de espectadores familiarizados com as lógicas das mídias. No intuito de oferecer um conteúdo crível em sua genuinidade, os veículos jornalísticos precisam repensar em suas práticas os ideais de objetividade narrativa, de uma pretensa separação do fato às marcas das escolhas de quem o narra – o que ocorre, sob certa medida, a partir da diluição das fronteiras tradicionalmente estabelecidas entre o público e o privado.

Corpus da análise: As câmeras onipresentes como recurso para a exposição do privado

No intuito de uma investigação mais concreta do fenômeno até aqui descrito, serão analisados dois exemplos trazidos a público por diferentes veículos jornalísticos (um é exibido em uma emissora televisiva, e o outro ganha repercussão pela visibilidade das redes sociais). Em ambos os casos, constata-se a exibição de cenas que revelam certa contaminação entre os limites entre as vidas pública e privada. Em comum, os exemplos apontam a conteúdos gerados pelos profissionais das emissoras, que fazem uso do que chamamos de câmeras onipresentes do tipo profissional (Martins, 2017) – ou seja, são registros carregados de autenticidade, que exploram algum elemento de uma estética amadora, ainda que

visivelmente mediados pelas instâncias midiáticas. Estas câmeras possibilitam às mídias a exploração, voluntária ou involuntariamente, de formatos em que a irrupção da espontaneidade – a genuinidade do sujeito que fala ou da cena mostrada – pode ser entendida como chave de leitura.

O primeiro exemplo contempla uma nota coberta⁴ exibida pelo *Jornal Nacional*, que se baseia na exposição de um vídeo, de baixa qualidade técnica, no qual se vê a presidente Dilma Rousseff atender ao telefone⁵. No site da emissora, a matéria aparece indexada sob o título de “Presidente Dilma Rousseff é flagrada visivelmente irritada falando ao telefone em Brasília”. Na cabeça, em estúdio, o apresentador William Bonner lê um texto que costura os sentidos do registro capturado: “Logo depois de uma entrevista de autoridades do Ministério das Minas e Energia ontem à noite, uma imagem registrada pelo repórter cinematográfico Edson Cordeiro captou a presidente Dilma Rousseff aparentemente muito irritada. Da janela do Palácio da Alvorada, era possível ver a presidente falando ao telefone, gesticulando muito, andando de um lado para o outro. Não foi possível ouvir o que ela dizia”. A nota dura 24 segundos.

Uma pergunta possível de ser colocada aqui seria: o que justifica a inserção de um curto vídeo, sem registros sonoros, na agenda do principal telejornal do país? Não obstante, uma resposta plausível a este questionamento requisita uma investigação mais detalhada à chamada erosão da vida pública prevista por Sennett (2001), que consolidou, ao longo dos séculos, o olhar (ou espiar) à vida privada (a presidente da República dentro dos espaços reservados para o seu trabalho e tomadas de decisões) como inquestionavelmente legítimo. A pauta oferecida nesta nota coberta é o corpo da presidente que emite significações alheias ao controle consciente de Dilma; são os índices que escapam da controlada representação do eu – potencializada, é preciso ressaltar, nas mais altas figuras públicas, como são os membros da política – que constituem a matéria prima oferecida aos espectadores do *Jornal Nacional*. A visibilidade a este conteúdo se justifica por ele transgredir o limite da Dilma da vida privada e da vida pública; visto que entendemos que “esta dimensão íntima caracteriza a morada mesmo da verdade do sujeito da modernidade” (Bruno, 2013, p. 64), torna-se legítimo e mesmo esperado que o *self* (a verdadeira Dilma, que se irrita e escapa do papel desempenhado como presidente) seja capturado e venha à público.

De alguma forma, o que se oferece nessa nota coberta (ainda que não haja efetivamente notícia aqui – não há informação, novidade; não sabemos quais as más decisões feitas durante a entrevista com as “autoridades do Ministério das Minas e Energia”) – é o *escape* involuntário (portanto, autêntico, genuíno) do *self*. A inserção deste material na agenda da emissora adquire legitimidade por não entendermos que há aqui ruptura dos limites entre a vida pública de Dilma e suas atividades privadas.

Os elementos estéticos do vídeo, dessa forma, são utilizados para reiterar tal significação de resistência e ruptura com a representação da fachada. O registro é de qualidade estética precária, mas a enunciação ressalta a legitimação da imagem enquanto evidência, visto que a inserção do vídeo no jornal se justifica essencialmente na esfera do visível: o corpo visivelmente/ aparentemente irritado enquanto prova definitiva do *self* privado de Dilma Rousseff. Paradoxalmente, é sua baixa qualidade estética – ou sua translucidez enquanto signo de algo que provém do mundo extra-midiático – que autentica a veracidade do que se assiste.

O segundo exemplo envolve uma entrevista com o governador Beto Richa, exibida na emissora *E-Paraná*, canal governamental do estado, que ganhou certa repercussão nas redes não em razão dos temas debatidos (que, certamente, envolviam apenas mais um depoimento protocolar do governo), mas de uma “rebarba” do vídeo que escapou à edição. A entrevista foi feita em um momento de conflito e escândalo político, em virtude da ação violenta comandada pelo governo do estado em represália a protesto feito por servidores públicos paranaenses. O debate público transcorreu em razão de que um vídeo desta entrevista exibiu alguns segundos – cortados na edição final – em que se assistia a um breve diálogo entre o jornalista Denian Couto e o governador⁶.

Para os sites que publicaram esta versão bruta da entrevista, este diálogo revelaria que a entrevista foi forjada; ou seja, que estava fortemente atrelada aos interesses da própria emissora e do entrevistado. Assim que foram capturados, os momentos que escaparam da edição tomaram as redes como signos obtidos nos momentos de relaxamento da *performance* de ambos, governador e jornalista, e, por isso, mais genuínos, mais transparentes em relação ao verdadeiro *self* dos indivíduos envolvidos. A repercussão pública em nenhum momento considera a possibilidade de que mesmo esta interação pode ter certo caráter protocolar: o elogio ao entrevistado ao encerramento de uma dinâmica de entrevista é um recurso algo intuitivo utilizado pelos profissionais de televisão.

Ambos os exemplos, portanto, reiteram o sentido do flagra⁷ de algo que normalmente não viria à público caso estes sofisticados dispositivos não existissem. Bruno (2008) destaca haver o desenvolvimento de uma “estética do flagrante”, decorrente da naturalização da vigilância como modo de olhar e prestar atenção na cultura contemporânea. Assim, a onipresença dos dispositivos que registram o mundo – como a naturalização das câmeras de segurança nas paisagens urbanas – acaba por normalizar a busca do flagra, ou seja, de tudo o que é uma fratura da ordem corrente. Em certos registros, “a ausência de uma intencionalidade suposta, o registro de uma visão sem olhar, o fortuito maquinicamente flagrado, conferem à imagem de vigilância um caráter de prova que está intimamente articulado às suas funções de controle” (id, p. 7). O flagra é, afinal, a exposição daquilo que rompe a representação da fachada e traz à tona cenas do pulsante real normalmente reservado aos momentos de descanso da *performance*.

Rumo a considerações finais

Em tempos de onipresença destas máquinas de ver, a natureza incontrolável da visibilidade midiática moderna coloca os atores sociais em um constante dilema. Ainda que os indivíduos habilidosos tenham agora possibilidades estratégicas de se situar de forma intimista na arena pública, por outro, a proliferação das ferramentas tecnológicas descentraliza os canais de comunicação, que se tornam impossíveis de serem controlados completamente. Há, portanto, uma gama de novos problemas que são potencializados pelos novos patamares de visibilidade, como novas modalidades de escândalos, com dinâmicas e estruturas próprias, que só adquirem força quando se divulga na mídia alguma atividade antes oculta à visão, envolvendo a transgressão de certos valores e normas e que, ao ser divulgada, incitaria a manifestações públicas de desaprovação e revolta. “Atividades que tenham sido realizadas clandestina e privadamente de repente se tornaram visíveis para o domínio público, e a divulgação e a condenação de tais atividades na imprensa serviram, em parte,

para constituir um evento como escândalo” (Thompson, 2013, p. 29). Assim, configuram-se novos escândalos cuja existência se justifica, em parte, pela contaminação pela arena pública de algo que, tradicionalmente, pertenceria à esfera da vida privada.

Enquanto instância fundamentada em sua conexão com o mundo social, o jornalismo tira proveito das possibilidades trazidas pelas máquinas que operam o registro visual do mundo, tais como as câmeras onipresentes, uma vez que tais aparatos garantem um material entendido como mais genuíno e, conseqüentemente, mais desejável aos espectadores. Neste cenário, os dispositivos de visibilidade desempenham uma função estratégica para os veículos jornalísticos, uma vez que como forma de enfrentamento à veracidade compreendida aos conteúdos gerados espontaneamente pela população.

Em ambos os exemplos analisados durante este artigo, o que vimos são diferentes estratégias que as instâncias jornalísticas empregam para o aproveitamento destes materiais. No primeiro caso, o aprimoramento tecnológico das câmeras faz com que elas adentrem as esferas da intimidade de uma personagem política, e este registro é trazido à cena pública sem questionamentos. No segundo, um conteúdo cortado pela edição (a interação entre entrevistador/entrevistado) toma as redes e repercute em sentidos diversos, vinculados ao próprio viés ideológico dos usuários que o faz circular, e não a imagem em si; no entanto, ele chega a público revestido de um sentido de transparência do real – o qual se assegura justamente pela característica formal deste registro (o fato de que inferimos que se tratar de um encontro restrito à esfera dos bastidores, quando os atores envolvidos imaginam-se protegidos da zona de fachada).

Deste modo, pode-se concluir que as câmeras onipresentes são instrumentos eficientes na manutenção da legitimidade da instituição jornalística como instância privilegiada nos relatos feitos sobre o real. Não obstante, é preciso atentarmos sobre o que o uso cotidiano destas máquinas pelo jornalismo pode revelar em relação à contaminação do público e pela vida privada e à naturalização de uma estética da vigilância.

Recebido em: 12 ago. 2017

Aceito em: 16 nov. 2017

1 Conceituamos aqui as câmeras onipresentes como dispositivos que “compreendem as gravações feitas pelas pessoas comuns e/ou profissionais empregadas posteriormente pelas mídias e que disponibilizam registros de baixa mediação, fundamentados na promessa de que, se não fosse por essa qualidade tecnológica da ubiquidade, o público certamente não teria contato com um acontecimento” (Martins, 2017, p. 15).

2 Um índice interessante desta constatação por parte das mídias sobre a necessidade de se trazer a região dos bastidores à fachada está no texto da ex-ombudsman do jornal Folha de São Paulo, Suzana Singer, no qual argumenta que a transparência é necessária para complexificar a crítica do leitor e desencorajar leituras enviesadas aos veículos midiáticos. Em suas palavras, “mostrar a própria cozinha ao leitor ajuda a desinflar teorias conspiratórias. Quem não conhece o insano processo de produção de um noticiário diário acredita que todas as decisões sobre cada reportagem importante são tomadas por uma cúpula interessada em apoiar ou destituir um governo”. Ou seja, a jornalista difunde o sentido de que a desconfiança aos veículos seria sanada caso o modus operandi do jornalismo viesse à público. Disponível em <<http://folha.com/no1446096>>.

3 Disponível em <<http://glo.bo/1zs2ZEG>>. Acesso em 30 de junho de 2017.

4 Formato do telejornalismo que inclui uma cabeça (texto lido em estúdio pelo apresentador) e um texto seguinte coberto por imagens. A nota coberta pode ser gravada ou ao vivo.

5 A nota foi veiculada no telejornal do dia 05 de fevereiro de 2014. Disponível em <<http://bit.ly/MvoIG6>>. Acesso em 30 de junho de 2017.

6 Disponível em <<http://bit.ly/1DWRF0B>>. Acesso em 30 de junho de 2017.

7 O enfoque do registro de Dilma Rousseff feito pelo repórter cinematográfico da Rede Globo, não por acaso, se dá por trás do que parece ser uma grade, provavelmente feito através de uma janela, o que reitera o sentido de flagra.

Referências

BRUNO, Fernanda. Estética do flagrante: controle e prazer nos dispositivos de vigilância contemporâneos. **Cinética: Programa Cultura e Pensamento**. Ministério da Cultura, Rio de Janeiro, 2008.

_____. Máquinas de ver, modos de ser: vigilância, tecnologia e subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2013.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 2013.

FUCHS, Christian. Como podemos definir vigilância? **Revista Matrizes**. Universidade de São Paulo, v. 5, n. 1, 2011. Disponível em: <<http://www.matrizes.usp.br/>>. Acesso em 20 de março de 2015.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 2004.

GOMES, Mayra Rodrigues. Ainda sobre comunicação: entre adestramento e liberdade. **Verso e reverso**. São Leopoldo: Unisinos, 2009.

JOST, François. **Seis lições sobre televisão**. Porto Alegre: Sulina, 2004.

LIPOVETSKY, Gilles. A era do vazio – ensaio sobre o individualismo contemporâneo. Lisboa: Relógio D'Água, 1989.

MARTINS, Maura Oliveira. Novas estéticas ao jornalismo televisivo: ruptura e renovação das linguagens a partir do uso das câmeras onipresentes profissionais. **XIV Ibercom - Comunicação, Cultura e Mídias Sociais**. Universidade de São Paulo, 2015.

_____. Novos efeitos de real no jornalismo televisivo: reconfigurações estéticas e narrativas a partir da ubiquidade das máquinas de visibilidade. Covilhã: LabCom.IFP, 2017.

MORETZSOHN, Sylvia. O suicídio do jornalismo. **Observatório de Imprensa**. Disponível em <<http://observatoriodaimprensa.com.br/>>. Acesso em 28 de abril de 2015.

SENNETT, Richard. **O declínio do homem público: as tiranias da intimidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

THOMPSON, John. A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. Fronteiras cambiantes da vida pública e privada. **Revista Matrizes**. Universidade de São Paulo, v. 4, n. 1, 2010. Disponível em: <<http://www.matrizes.usp.br/>>. Acesso em 19 de julho de 2013.

VILLAÇA, Nizia. Práticas da comunicação e produção de sentidos: entre Gutenberg e o ciberuniverso. In: RIBEIRO, Ana Paula; HERSCHMANN, Micael (org). **Comunicação e história: interfaces e novas abordagens**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.